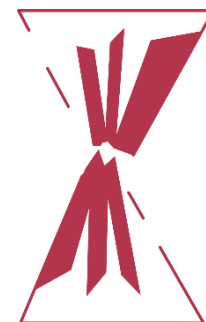


“Não chorei, mas andei perto”: as marcas do controle da informação no Piauí entre Democracia e ditadura (1963-1975)

“I Didn’t Cry, But I Came Close”: the marks of information control in Piauí between Democracy and dictatorship (1963-1975)



RIOS, João Victor da Costa *

 <https://orcid.org/0000-0001-5726-5833>

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva **

 <https://orcid.org/0000-0001-5398-0354>

RESUMO: Este artigo analisa as formas de controle da informação no jornalismo piauiense entre 1963 e 1975, buscando compreender as relações entre imprensa e poder político em contextos distintos. Parte-se da hipótese de que o controle da imprensa no Piauí não se iniciou com o golpe civil-militar de 1964, mas constitui um processo de continuidade e transformação, no qual práticas já presentes no período democrático foram intensificadas e reorganizadas no contexto autoritário. Para tanto, o estudo mobiliza periódicos piauienses, documentos produzidos por órgãos de informação e memórias de jornalistas, estas ainda pouco exploradas pela historiografia. A análise evidencia que, no período anterior ao golpe, existiam formas de interferência sobre a produção jornalística, especialmente em momentos de crise política. Com a consolidação

ABSTRACT: This article examines the forms of information control the press of Piauí between 1963 and 1975, seeking to understand the relationship between journalism and political power in different contexts. It is based on the hypothesis that the control of the press in Piauí did not begin with the 1964 civil-military coup, but rather constitutes a process of continuity and transformation, in which practices already present during the democratic period were intensified and reorganized under the authoritarian regime. To this end, the study draws on local newspapers, documents produced by intelligence agencies, and journalists’ memoirs, which are still underexplored in historiography. The analysis shows that, prior to the coup, there were already forms of interference in journalistic production, especially during moments of political crisis. With the

* Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), cidade-PI. Licenciado em História pela mesma instituição. E-mail: joaorios09@ufpi.edu.br

** Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), cidade-PE. Bolsista em Produtividade Científica do CNPq. Professora Associada da Universidade Federal do Piauí (UFPI)-Departamento de História/Programa de Pós-Graduação em História/Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, cidade-PI. Coordenadora do Núcleo de Estudos Contemporâneos História Acessível a Todos. E-mail: cfontinelles@gmail.com



da ditadura, essas práticas passaram a se articular a mecanismos mais amplos, que incluíam vigilância, financiamento estatal e produção de narrativas favoráveis ao regime. Ao considerar essas diferentes dimensões, o artigo contribui para ampliar a compreensão das relações entre imprensa e poder, destacando as especificidades regionais e as continuidades históricas no controle da informação.

PALAVRAS-CHAVE: História; Imprensa; Censura; Ditadura civil-militar; Piauí

consolidation of the dictatorship, these practices became articulated with broader mechanisms, including surveillance, state funding, and the production of narratives aligned with the regime. By considering these different dimensions, the article contributes to a broader understanding of the relationship between the press and political power, highlighting regional specificities and historical continuities in information control.

KEYWORDS: History; Press; Censorship; Civil-military dictatorship; Piauí

Recebido em: 24/04/2025

Aprovado em: 15/04/2026

Considerações Iniciais

Este trabalho foi apresentado oralmente, em versão preliminar, no Congresso Internacional “Tramar la(s) democracia(s) en América Latina: perspectivas transdisciplinarias”, realizado na *Sapienza Università di Roma*, em junho de 2025. A apresentação possibilitou o diálogo com pesquisadores de diferentes áreas e instituições, cujas contribuições foram fundamentais para o amadurecimento das questões teóricas e metodológicas aqui desenvolvidas. As discussões realizadas no âmbito do evento contribuíram, de forma significativa, para o refinamento da análise e para a consolidação dos argumentos apresentados na versão final deste artigo. Além disso, o texto também é fruto de pesquisa desenvolvida em nível de mestrado, no âmbito da dissertação intitulada *Piauí sob águias e armas: imprensa, nacionalismo e resistência na mira dos serviços de inteligência (1953-1967)* (Rios, 2026), desenvolvida na Universidade Federal do Piauí (UFPI).

A partir dessa premissa, podemos destacar que estudar, ler e compreender os meios de comunicação ao longo do tempo é fundamental para dimensionar as múltiplas camadas de historicidade que atravessam a imprensa, especialmente no que se refere às suas relações com o poder, à censura e ao controle da informação. No contexto da história do Brasil contemporâneo, essas dimensões tornam-se ainda mais relevantes quando consideradas em cenários marcados por processos de modernização, experiências autoritárias e a ditadura civil-militar, nos quais a imprensa ocupou lugar central, tanto como espaço de mediação quanto como objeto de intervenção.

Nesse contexto, investigar como os meios de comunicação foram moldados historicamente permite não apenas compreender suas formas de atuação no passado, mas também iluminar permanências e transformações que incidem sobre o presente. É a partir dessa perspectiva que este trabalho se insere, buscando contribuir para a compreensão da realidade atual por meio de uma análise situada na História Política e na História da Imprensa. Compreender como a imprensa piauiense foi constituída, em suas especificidades e condicionantes, constitui uma das chaves para refletir sobre os desafios contemporâneos que ainda atravessam a produção e a circulação da informação.

O título deste trabalho, “Não chorei, mas andei perto”, remete a um depoimento do jornalista Alberoni Lemos Filho, ao recordar um dos episódios de censura que mais o impactaram ao longo de sua trajetória profissional. No contexto da Revolta Piauiense de 1963, já no auge dos acontecimentos, o jornalista deslocou-se até o epicentro das tensões em Teresina, realizou registros e produziu uma matéria a partir da experiência direta com os fatos.

No entanto, ao retornar à redação do jornal *Folha do Nordeste*, foi impedido de publicar o texto final, evidenciando a existência de limites à circulação da informação mesmo em um contexto formalmente democrático. A escolha dessa expressão como título busca, portanto, sintetizar não apenas a dimensão subjetiva da experiência do jornalista, mas também as tensões estruturais que atravessavam o exercício da profissão naquele momento. Ao mesmo tempo, ela simboliza a relação entre memória, prática jornalística e controle da informação, indicando que a censura não se restringia à existência de uma ditadura, mas também se manifestava nas relações de poder no interior das próprias redações durante uma Democracia, como será discutido ao longo do artigo.

Ao longo deste trabalho torna-se necessário distinguir, ainda que de forma sintética, os conceitos de censura e controle da informação frequentemente utilizados como equivalentes, mas que não se sobrepõem integralmente. A censura pode ser compreendida, em sentido mais restrito, como a intervenção direta sobre conteúdos por meio da proibição, supressão ou alteração de informações consideradas inadequadas por determinadas autoridades ou instâncias de poder. Já o controle da informação constitui um fenômeno mais amplo que engloba não apenas a censura direta, mas também um conjunto de práticas indiretas que condicionam a produção, circulação e recepção das notícias. Essas práticas podem incluir mecanismos de vigilância, pressões econômicas, relações políticas, autocensura e dinâmicas internas às redações, que atuam de forma difusa e, muitas vezes, menos visível.

Nesse sentido, ao adotar a noção de controle da informação, este artigo busca ampliar o escopo de análise, permitindo compreender como diferentes formas de limitação da atividade jornalística se articularam em contextos distintos, sem reduzir o fenômeno exclusivamente à censura formal.

Nesse contexto, o golpe civil-militar de 1964 instaurou no Brasil um regime autoritário que reorganizou profundamente as relações entre Estado, sociedade e meios de comunicação. No campo da imprensa, esse período tem sido frequentemente analisado a partir da ênfase na censura direta, exercida por órgãos oficiais responsáveis pelo controle e pela supressão de conteúdos considerados contrários à ditadura civil-militar. Essa perspectiva, embora fundamental, tende a privilegiar os grandes centros urbanos e os veículos de maior circulação, deixando em segundo plano as dinâmicas específicas de regiões como o Piauí.

Além disso, parte significativa da historiografia concentra-se na análise da censura como fenômeno associado exclusivamente ao período ditatorial, o que pode camuflar a existência de práticas anteriores de controle da informação. No caso piauiense essa lacuna é ainda mais evidente. São escassos os estudos que investigam, de forma sistemática, as relações entre a imprensa e o poder político no período anterior a 1964, bem como as possíveis continuidades dessas práticas na posteridade.

A ausência de trabalhos que articulem a experiência da imprensa durante a democracia de 1946 e a ditadura instaurada após o golpe de 1964 constitui um dos principais problemas que este artigo busca discutir. Evidências documentais, publicações periódicas e, sobretudo, memórias de jornalistas que atuaram no período indicam que práticas de interferência sobre a produção jornalística já estavam presentes antes de 1964, ainda que de forma menos sistemática e mais dependente de conjunturas específicas. Tais aspectos, em grande medida ainda não explorados pela historiografia, permitem ampliar a investigação das formas de controle da informação no Piauí.

A partir dessa constatação, este artigo parte da hipótese de que o controle da imprensa piauiense deve ser compreendido como um processo de continuidade e transformação; pois, se, por um lado, o período anterior ao golpe revela a existência de intervenções pontuais e de vínculos estreitos entre imprensa e poder político, por outro, a ditadura civil-militar promoveu a intensificação e a reorganização dessas práticas, articulando mecanismos de vigilância, relações econômicas e produção de narrativas favoráveis a ditadura.

Para desenvolver essa análise, o artigo mobiliza um conjunto diversificado de fontes incluindo periódicos piauienses, documentos produzidos por órgãos de informação e memórias de jornalistas. Essas últimas assumem papel central na investigação uma vez que permitem acessar dimensões do cotidiano das redações e experiências profissionais que não se encontram registradas em documentos oficiais. Trata-se de um conjunto de fontes ainda pouco explorado, que contribui para a construção de novas perspectivas sobre o jornalismo piauiense no período.

Do ponto de vista metodológico, a utilização dessas memórias exige cuidados específicos. Conforme propõe Pierre Nora (1993), a memória constitui uma construção marcada por processos de seleção e reconstrução, não podendo ser confundida com a experiência vivida em sua totalidade. Michael Pollak (1992), por sua vez, destaca que as narrativas memoriais envolvem tanto experiências diretas quanto processos de identificação e reelaboração do passado. Diante desse cenário, as memórias são analisadas em diálogo com outras fontes, buscando evidenciar suas potencialidades e limites.

No plano teórico, o artigo dialoga com estudos sobre imprensa, poder e ditadura civil-militar. A partir das contribuições de Sodré (1999), considera-se a imprensa como uma instituição inserida em relações econômicas e políticas mais amplas, sujeita a condicionamentos estruturais. Ao mesmo tempo, aproxima-se de abordagens que enfatizam a produção de narrativas e os mecanismos indiretos de controle da informação, destacando o papel da publicidade estatal e das relações entre empresas de comunicação e poder público.

O objetivo central deste trabalho é analisar de que maneira o controle da informação se estruturou no jornalismo piauiense entre 1963 e 1975, período que abrange tanto o ano imediatamente anterior ao golpe quanto a fase de consolidação do regime. Busca-se compreender como diferentes formas de controle, diretas e indiretas, se articularam nesse contexto, bem como seus impactos sobre a produção jornalística.

O artigo está organizado em seções. Inicialmente, discute-se o funcionamento da imprensa piauiense antes de 1964, destacando suas relações com o campo político e as formas de controle existentes. Em seguida, analisa-se a reorganização do controle da informação após o golpe, com ênfase na articulação entre vigilância e estruturação do sistema autoritário. A terceira seção examina as relações entre modernização, financiamento e produção de narrativas no jornalismo piauiense. Na sequência, são discutidas as memórias de jornalistas,

com foco nas práticas profissionais, nas tensões internas e na autocensura. Por fim, apresenta-se uma síntese das formas de controle identificadas, seguida das considerações finais.

Antes de 1964: imprensa, política e formas de controle

A compreensão das dinâmicas de controle da imprensa piauiense durante a ditadura civil-militar exige um retorno ao período anterior ao golpe de 1964. Esse movimento não tem como objetivo afirmar a existência de um sistema estruturado de censura no contexto democrático, mas identificar práticas de interferência e condicionamento que ajudam a compreender continuidades nas relações entre imprensa e poder político. Além disso, cabe destacar que a historiografia sobre o jornalismo piauiense ainda é limitada no que se refere à identificação dessas práticas, sobretudo quando se trata de episódios específicos e de memórias produzidas por jornalistas que atuaram naquele contexto.

Durante as décadas de 1940-1950 e início dos anos 1960 a imprensa piauiense caracterizava-se por uma forte vinculação com o campo político. Os periódicos funcionavam como espaços de disputa entre grupos partidários e lideranças locais, o que implicava uma dependência significativa em relação a interesses políticos e econômicos. Como observa Sodré (1999), a imprensa brasileira esteve historicamente inserida em estruturas de poder que condicionavam sua atuação, seja por meio de vínculos partidários, seja por meio de relações econômicas. No caso piauiense, essa dinâmica era acentuada por condições estruturais marcadas pela precariedade técnica e pela limitada autonomia financeira dos veículos.

Esse cenário pode ser melhor compreendido a partir do contexto social e político do Piauí no início da década de 1960. Segundo dados do recenseamento deste ano, o estado apresentava elevados índices de analfabetismo e baixos indicadores socioeconômicos, com grande parte da população vivendo sem acesso a serviços básicos (Loureiro, 2020, p. 94). Esse quadro contribuía para a concentração da produção e do consumo de informação em segmentos restritos da sociedade, reforçando a centralidade das elites políticas na definição das pautas e discursos veiculados.

É nesse contexto que se insere a Revolta Piauiense, ocorrida em Teresina em agosto de 1963, um dos episódios mais significativos da história política do estado no período. A origem do movimento está relacionada à negativa do governador Petrônio Portella Nunes em conceder aumento salarial aos policiais militares, em meio a um cenário de crise econômica e carestia de vida. No entanto, a designação de Revolta Piauiense reflete a complexidade do

movimento, que transcendeu a questão salarial inicial ao desdobrar-se em múltiplas fases. As etapas subsequentes do movimento foram protagonizadas pela adesão de importantes grupos sociais, incluindo as esposas dos policiais, militantes políticos, sindicalistas e estudantes, que se mobilizaram em torno da causa. Particularmente significativa foi a participação de setores da imprensa, especialmente através do rádio, que amplificaram as demandas do movimento e contribuíram para transformar o conflito inicial em uma questão de crise humanitária, buscando uma solução que transcendesse os limites da corporação militar.

Diante desse cenário, a cobertura do movimento pela imprensa piauiense permite observar diferentes formas de controle da informação e autoritarismo antes do golpe de 1964. No caso do jornal *O Dia*, principal veículo a tratar do tema, a edição de 22 de agosto de 1963 afirmava apresentar um “registro puro e simples dos acontecimentos, sem comentários”, delegando aos leitores a interpretação dos fatos (A crise [...], 1963, p. 1). Essa declaração de neutralidade, no entanto, deve ser analisada com cautela. A seleção de informações, a ausência de determinadas vozes e a centralidade de documentos oficiais indicam que a construção da narrativa não era isenta de posicionamentos.

A análise das fontes também revela a presença de formas mais explícitas de intervenção. Um dos casos mais significativos foi o fechamento da *Rádio Clube de Teresina*, determinado pelo governo estadual com autorização do Ministério da Justiça. Segundo nota oficial publicada à época, a emissora foi acusada de incitar a rebelião e de produzir efeitos considerados prejudiciais à ordem pública, justificando sua suspensão como medida necessária para “salvaguardar a repercussão desfavorável e os efeitos psicológicos negativos da população” (Façanha, 1963, p. 4).

Esse episódio constitui um caso de censura direta, ainda que situado em um contexto democrático. A justificativa apresentada pelas autoridades evidencia a utilização de argumentos relacionados à segurança e à ordem para legitimar a interrupção da circulação de informações. Ao mesmo tempo, o contraste com outras emissoras, como a *Rádio Pioneira*, que adotou uma postura mais cautelosa, sugere que diferentes estratégias de atuação no campo da comunicação implicavam distintos níveis de exposição à repressão.

Além das intervenções estatais, as memórias de jornalistas permitem identificar mecanismos de controle no interior das próprias redações. Um dos relatos mais relevantes é o de Alberoni Lemos Filho que, ainda no início de sua carreira, produziu uma reportagem a

partir de observações diretas no quartel ocupado pelos policiais. Segundo o jornalista, ao entregar o material ao editor do jornal *Folha do Nordeste*, foi informado de que havia ordens de um dos proprietários do periódico, que também ocupava o cargo de vice-governador, para que o tema não fosse publicado:

“Entreguei o material ao Zé Vieira e ele disse meio resmungando que tinha ordens do Joqueira [...] para não tocar no assunto [...] Não chorei, mas andei perto [...] Por causa de uma censura besta, perdeu-se o único relato escrito [...] de um momento histórico” (Lemos Filho, s/d, p. 22).

A expressão “ainda hoje sinto vontade de chorar” mostra sua consciência histórica, por saber que o movimento era importante e que lhe renderia uma expressiva reportagem, tanto no presente quanto na posteridade. Sua dor foi ocasionada pela censura, uma violência: “política do silêncio e do esquecimento, que empurra para fora dos limites da simbolização as piores passagens da história de uma sociedade” (Kehl, 2010, p. 126).

Esse episódio revela a existência de formas de censura que articulavam interesses políticos e empresariais. Estamos observando uma mordida na imprensa piauiense, dentro de uma democracia, em um momento de crise humanitária, social e política. A interferência simultânea de um agente do governo e de um proprietário de jornal indica a sobreposição de esferas de poder no controle da informação. Ao mesmo tempo é importante destacar que esse tipo de evidência é raro na documentação disponível sobre o período. Não há, até o momento, registros sistemáticos na historiografia ou em outras fontes jornalísticas que detalhem práticas semelhantes nas redações piauienses, o que reforça a relevância dessas memórias para a compreensão do tema.

Do ponto de vista metodológico, tais relatos devem ser analisados com cautela. Conforme argumenta Pollak (1992), a memória envolve não apenas experiências diretamente vividas, mas também processos de identificação e reconstrução do passado, o que inclui aquilo que o autor denomina de “memória herdada”. Um exemplo dessa dimensão pode ser observado em outro trecho de Alberoni Lemos Filho, no qual o jornalista narra um episódio contado por seu pai para ilustrar a situação de precariedade dos policiais:

Meu pai contou um episódio que bem ilustra essa situação: um soldado procurou o dentista do quartel pedindo que extraísse um dente dele, soldado. O dentista examinou o dente e ficou admirado, porque o dente estava completamente bom. O soldado explicou: “Se o senhor me arrancar o dente vai me dar um dia de licença, e

eu preciso dessa licença para consertar a cerca de meu vizinho e ganhar um trocado.”
O dentista deu a licença sem tirar o dente do soldado (Lemos filho, s/d, p. 21-22).

Ainda que não constitua um testemunho direto esse tipo de narrativa contribui para a construção de uma imagem social do período, marcada pela pobreza e pela instabilidade, elementos que ajudam a contextualizar o movimento de 1963 e suas repercussões.

Dessa forma, a análise do período anterior a 1964 indica que a imprensa piauiense operava em um ambiente marcado por tensões entre práticas jornalísticas e interesses políticos. As formas de controle existentes não apresentavam a sistematicidade nem a abrangência do período posterior, mas já evidenciavam a presença de mecanismos de interferência, tanto por parte do Estado quanto de agentes vinculados às empresas de comunicação.

A partir dessa perspectiva o golpe de 1964 não deve ser compreendido como um ponto de ruptura absoluta, mas como um momento de intensificação e reconfiguração dessas dinâmicas. O que se observa nos anos seguintes é a consolidação de um sistema mais estruturado de vigilância e controle, articulado em escala nacional, que ampliou e redefiniu práticas já presentes no contexto anterior. É a partir desse quadro que se torna possível analisar, na seção seguinte, o papel do Serviço Nacional de Informações na reorganização do controle da imprensa piauiense.

Vigilância e reorganização do controle da informação após 1964

O golpe civil-militar de 1964 não inaugurou, no caso piauiense, as práticas de controle da informação, mas promoveu sua reorganização em novas bases. Diferentemente do período anterior, marcado por intervenções pontuais e vinculadas a conjunturas específicas, observa-se, ao longo da ditadura, a consolidação de um sistema mais estável e articulado de vigilância e controle. Esse processo não eliminou as formas de interferência já existentes, mas as integrou a uma estrutura mais ampla, conectada ao aparato estatal.

No plano nacional, a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), ainda em 1964, representou um passo importante na institucionalização desse sistema. Conforme argumenta Fico (2001), o regime estruturou uma rede de informações voltada ao monitoramento contínuo de indivíduos e instituições, com base em uma lógica preventiva. Mais do que reagir a ações consideradas subversivas o objetivo era antecipar comportamentos e produzir classificações que orientassem intervenções futuras.

No entanto, no caso da imprensa piauiense a atuação desse aparato não se traduziu, necessariamente, em formas constantes de censura direta. A análise de documentos produzidos no início da década de 1970 indica que o campo jornalístico local era acompanhado e classificado segundo critérios políticos, mas sem a presença recorrente de registros de repressão explícita nos principais veículos. Em um levantamento sobre profissionais da imprensa da região, observa-se a predominância de categorias que indicavam alinhamento ou ausência de oposição à ditadura civil-militar, como “integrado aos ideais da Revolução de 1964” (Brasil, SNI, 1970).

Esse tipo de classificação sugere que o controle da informação operava, em grande medida, por meio da conformação de um ambiente no qual posições críticas eram limitadas ou desestimuladas. A ausência de jornalistas identificados como abertamente opositores nos principais periódicos pode ser interpretada não apenas como um dado da realidade local, mas também como resultado de um processo mais amplo de acomodação e adaptação às condições impostas pela ditadura.

Nesse sentido, a vigilância exercida pelos órgãos de informação deve ser compreendida como parte de um conjunto mais amplo de mecanismos de controle. Ao lado da possibilidade de sanções diretas existia a produção de classificações e registros que, mesmo sem resultar em ações imediatas, contribuíam para a definição de fronteiras implícitas para o exercício da atividade jornalística. Como destaca Carlos Fico (2001), o sistema de informações da ditadura operava também como instrumento de intimidação simbólica ao tornar visível a presença do Estado na observação contínua de determinados grupos.

Essa dinâmica representa uma inflexão em relação ao período anterior a 1964. Assim, se naquele contexto as interferências sobre a imprensa estavam mais associadas a disputas políticas locais e a decisões específicas de autoridades ou proprietários, no período posterior observa-se a articulação dessas práticas a um sistema nacional de vigilância. O controle da informação passou, então, a combinar dimensões distintas, que incluem tanto a observação permanente quanto a indução de comportamentos considerados adequados.

Ao mesmo tempo, a análise do caso piauiense indica que esse processo não se deu exclusivamente por meio da coerção estatal explícita. A relativa ausência de intervenções explícitas nos principais periódicos sugere a importância de outros mecanismos de regulação do campo jornalístico piauiense que atuavam de forma menos visível, mas não menos eficaz. É nesse contexto que se torna necessário examinar, para além da vigilância estatal, as relações

entre imprensa, poder político e recursos econômicos que contribuíram para a consolidação de formas indiretas de controle da informação.

Dessa forma, a reorganização do controle da imprensa após 1964 deve ser compreendida não como substituição das práticas anteriores, mas como sua reconfiguração em um sistema mais abrangente. A vigilância institucionalizada, exemplificada pela atuação do SNI, integrou-se a outras dimensões do controle, criando um ambiente no qual a produção jornalística era condicionada por múltiplos fatores. É a partir dessa perspectiva que se torna possível avançar para a análise dos mecanismos de cooptação econômica e da construção de narrativas favoráveis à ditadura no jornalismo piauiense.

Cooptação, modernização e produção de consenso na imprensa piauiense

A reorganização do controle da informação após 1964 não se limitou à vigilância institucionalizada. No caso piauiense esse processo esteve também associado a transformações nas condições materiais de funcionamento da imprensa, especialmente a partir da década de 1970. A modernização técnica dos veículos de comunicação, longe de representar apenas um avanço estrutural, deve ser analisada em articulação com as relações econômicas e políticas que passaram a condicionar a produção jornalística. A percepção dessa dinâmica aparece de forma recorrente nas memórias de jornalistas que atuaram no período. Esse movimento coincide com o primeiro governo de Alberto Tavares da Silva (1971-1975), inserido no contexto do chamado “milagre econômico”, quando o regime buscava associar crescimento material à construção de uma imagem positiva de si mesmo.

Nesse contexto, a censura da mídia foi essencial, pois não bastava construir obras faraônicas; era preciso representá-las como símbolos incontestáveis do projeto governamental. Jornais e rádios funcionavam, assim, como mecanismos de amplificação discursiva dessa representação, em que críticas eram suprimidas e elogios, potencializados. O silêncio sobre os custos financeiros dessas obras não era mera omissão, mas uma política de Estado.

Alberto Tavares da Silva, indicado pelo Executivo federal, personificava a figura do tecnocrata distanciado das oligarquias locais, cuja missão era sincronizar o Piauí ao ritmo da euforia nacional. Contudo, a mídia piauiense da época operava, em sua maioria, em condições precárias: redações improvisadas, equipamentos obsoletos e dificuldades logísticas. Entre os

principais veículos de comunicação escrita estavam *O Estado*, *O Dia*, *Jornal do Piauí*, *Estado do Piauí*, *Estado Interessante*, *Folha do Piauí*, *Folha do Litoral* e *O Dominical*.

As memórias de Raimundo Rosa de Sá, jornalista que atuou n’*O Dia*, revelam as dificuldades estruturais e as tensões internas nas redações. Ele descreve a falta de transporte para repórteres, a precariedade na alimentação e, principalmente, o acúmulo de funções para um único profissional, além das relações desiguais entre trabalhadores e proprietários, conforme pode-se observar no trecho a seguir:

Minha atividade de repórter era confundida com a do sujeito que era obrigado a fazer tudo. Mário Soares e Sérgio Batista foram duas experiências que fracassaram mais cedo do que se esperava. A curta permanência de Sérgio Batista no jornal serviu para que conhecesse a verdadeira intenção de Miranda: pressionar alguns redatores para que pedissem demissão. Senti que era um desses alvos, mas tinha quase certeza de que o novo editor haveria de me usar como “burro-de-carga da redação”. O curioso no relacionamento do editor com o dono da empresa é que o sujeito, do Rio de Janeiro, nem foi apresentado ao pessoal da redação. Deveria, outras coisas, “desestabilizar” o genro do coronel Miranda. Cheio de hábitos alimentares, passou a comer por conta do jornal, na cantina de Dona Ana. O que antes era negado a um fotógrafo ou que fosse fazer uma cobertura em horário especial foi autorizado em excesso para Sérgio Batista. Ele não comia a refeição comum dos outros. Tinha que ser à base de verduras e batatas. A hospedagem também corria por conta da empresa, num quarto do antigo prédio inacabado da rua Rui Barbosa. Dentro de uma semana, Sérgio Batista exigia outra moradia, e era alugada uma casa no conjunto Morada do Sol, no Joquei Clube, bairro de gente rica. O jornal era feito pelos “escravos da redação”, enquanto Sérgio, com o seu sotaque carioca, levava o tempo subindo escadas para conversar “tolices” com o coronel Miranda (Rosa de Sá, 1987, p. 12).

Esse tipo de relato permite compreender que a modernização técnica não foi acompanhada por uma ampliação da autonomia profissional. Ao contrário, a permanência de relações desiguais entre proprietários e jornalistas indica que as transformações estruturais coexistiram com formas de controle já presentes no período anterior.

A relação entre modernização e financiamento estatal torna-se ainda mais evidente quando se observa a trajetória de veículos como o jornal *O Estado*. Segundo Rosa de Sá, o periódico iniciou suas atividades em condições extremamente precárias, sem infraestrutura mínima, sendo posteriormente transformado a partir da entrada de recursos vinculados ao governo estadual:

O jornal (*O Estado*) circulou a primeira vez no dia da inauguração da Barragem de Boa Esperança: 15 de março de 70. Aí o Veneluis e o Hélder voltaram para Fortaleza,

deixando o jornal comigo e com Miguel Calvacante. Não tínhamos a menor infraestrutura. A redação não tinha sequer telefone. O jornal funcionava num galpão velho, ali nas proximidades do Mercado Central, bem pertinho da “Casa Jiri”. Foi aí que o Helder vendeu um terreno, uma casa, sei lá-o quê, no Ceará, veio para Teresina e comprou o jornal. Começamos a fazer “O Estado” numa pobreza terrível. Mas o Helder teve muita sorte: o Alberto Silva assumiu o governo do Piauí e derramou dinheiro, muito dinheiro, na imprensa piauiense [...] (Rosa de Sá, 1987, p. 12).

O relato evidencia que a ascensão de veículos como *O Estado*, fundado por Helder Feitosa Cavalcante, não foi apenas fruto de mérito próprio, mas dependeu crucialmente da infusão de capital estatal. Esse investimento sem precedentes na história da comunicação piauiense modernizou redações, mas também pode ajudar a explicar como foi constituído outro campo de controle na imprensa piauiense.

Nesse caso, essa dependência assumiu formas específicas, nas quais contratos com órgãos públicos e municípios (poderiam) interferir diretamente na definição das pautas jornalísticas. As memórias de Rosa de Sá são particularmente elucidativas nesse ponto, ao indicar que denúncias políticas eram frequentemente impedidas de circular quando contrariavam interesses associados a esses vínculos:

Como repórter político do O Dia, minha grande dificuldade foi publicar as informações relacionadas com as questões política do interior [...] Por mais grave que fosse a denúncia feita por um deputado, presidente de Câmara ou chefe político, não poderia sair no jornal. Pareceres do Tribunal de Contas iam para o lixo, desde que fossem contrários a determinadas administrações, porque o contrato com o município, que devia ser para divulgar as realizações do prefeito, servia para comprar o silêncio em casos de delito. Na área dos secretários de Estado, vez por outra, surgia um boicote. Quando a cota mensal atrasava, o nome do titular era proibido na notícia. Quando era atualizada este era coberto de elogios (Rosa de Sá, 1987, p. 16-17).

Esse trecho apresenta um cenário de mecanismos de controle que articulavam interesses econômicos e políticos, configurando um sistema no qual o financiamento operava como instrumento de regulação da informação. Essa dinâmica aproxima-se da análise proposta por Bonsanto (2021) ao destacar que a produção jornalística pode estar inserida em uma estrutura na qual as notícias eram condicionadas por interesses externos à redação, vinculados a estratégias econômicas e políticas mais amplas.

A articulação entre financiamento e controle também se manifesta na forma como determinadas pautas eram privilegiadas. A cobertura de obras públicas, por exemplo, revela

a presença de uma narrativa que enfatizava o progresso e a modernização. A matéria publicada pelo jornal *O Estado* em 24 de agosto de 1973, ao tratar a construção do Estádio Albertão como uma realização de grande impacto, evidencia a valorização da ação governamental e a centralidade atribuída à figura do governador: “É provável que o Governador tenha sido o único a acreditar nele mesmo [...] dificilmente teria condições de cumpri-lo” (Albertão [...], 1973, p. 8).

Esse tipo de abordagem pode ser relacionado à construção de uma narrativa ufanista, característica do período. A ditadura investiu na difusão de representações associadas ao desenvolvimento e à ordem, buscando legitimar suas ações por meio da valorização de grandes obras e projetos. No caso piauiense, a imprensa desempenhou papel relevante na circulação dessas narrativas contribuindo para a consolidação de um discurso alinhado ao projeto político da ditadura.

Essa dinâmica não implica a ausência de tensões no interior das redações. Ao contrário, as memórias indicam que os jornalistas operavam em um contexto marcado por conflitos e limitações. Nesse sentido, a reflexão de Franciscato (2005) sobre o jornalismo como prática orientada pela busca da verdade permite problematizar o distanciamento entre os princípios normativos da profissão e as condições concretas de produção das notícias.

Ao mesmo tempo é necessário considerar que a imprensa não constitui um campo homogêneo. Como destaca Park (2008), os periódicos devem ser compreendidos como instituições inseridas em contextos sociais específicos, atravessadas por interesses, tradições e disputas internas. Essa perspectiva é fundamental para se evitar interpretações simplificadoras e para compreender a complexidade das práticas jornalísticas no Piauí durante o período.

As memórias de Alberoni Lemos Filho reforçam essa dimensão ao indicar que, mesmo diante das limitações impostas, existiam percepções distintas sobre as possibilidades de atuação dos jornalistas. Ao afirmar que seria possível exercer a profissão sem atrelamento ao governo, o autor aponta para a existência de margens de escolha, ainda que restritas:

Todos os dias na hora da merenda, tínhamos todos nós, inclusive os operários, uma quantia destinada pela direção do jornal (Folha da Manhã) para lanche. Uns merendavam, outros compravam cigarros, outros bebiam cachaça, mas esse dinheiro não era descontado em nosso salário, não. Hoje, tem neguinho ganhando muito bem, mas só pode dizer “amém, amém”; isso não é jornalismo. Os caras são

burros, pensam que são inteligentes, mas são burros. Eles poderiam sobreviver muito bem sem atrelamento ao governo (Lemos Filho, s/d, p.16).

Essa posição, no entanto, não elimina as condições estruturais que condicionavam o campo jornalístico marcadas pela dependência econômica, pela vigilância e pelas relações de poder. Ao contrário, evidencia as tensões entre agência individual e limitações estruturais, elemento central para a compreensão das práticas profissionais no período.

Dessa forma, a análise da imprensa piauiense durante a década de 1970 indica que o controle da informação operava por meio da articulação entre diferentes dimensões que incluíam financiamento estatal, relações políticas e dinâmicas internas às redações. A modernização técnica, nesse contexto, esteve associada à consolidação de mecanismos que condicionaram a produção jornalística, favorecendo determinadas narrativas e limitando outras.

Essa perspectiva permite compreender que a ditadura civil-militar não atuou apenas por meio da repressão direta, mas também por estratégias que envolveram a indução de práticas e a conformação de um ambiente no qual o exercício do jornalismo era atravessado por múltiplas formas de controle. É a partir desse quadro que se torna possível avançar para a análise das experiências dos jornalistas, observando como essas condições se refletiam no cotidiano das redações.

Imagem 1. Alberoni Lemos Filho na redação do Jornal Folha da Manhã, 1963.



Fonte: Vida Imprensa. Alberoni Lemos Filho. Foto Bendito Reis, s/d.

Além disso, essa expressão, “amém, amém”, significa que, após aceitar o atrelamento ao governo, os jornalistas só poderiam tecer elogios ou manter o silêncio diante de fatos que

demandariam atenção crítica. Isso representa a autocensura, tal como verbalizou Smith (2000, p. 38): “A autocensura diz respeito à aceitação, por parte das direções e de todos aqueles ligados na produção das matérias, das ordens transmitidas pelos organismos governamentais”. Raimundo Rosa de Sá e Alberoni Lemos Filho, em suas memórias, personificam essa tensão ao se tornarem testemunhas de uma época em que o jornalismo piauiense foi modernizado, mas também teve seu cerceamento ampliado por forças políticas e empresariais.

Memória, prática jornalística e autocensura

A análise das transformações estruturais e econômicas da imprensa piauiense durante a ditadura civil-militar torna-se mais complexa quando observada a partir das experiências dos próprios jornalistas. As memórias desses profissionais não apenas complementam as fontes institucionais e hemerográficas, mas permitem acessar dimensões do cotidiano das redações ao revelarem condições que dificilmente aparecem em documentos oficiais. No entanto, essas narrativas exigem um tratamento metodológico cuidadoso, uma vez que não constituem registros diretos do passado, mas construções elaboradas a partir de lembranças, interpretações e reelaborações.

Nesse sentido, a distinção proposta por Pierre Nora (1993) entre memória e história é fundamental. Para o autor, a memória está sujeita a processos de seleção, esquecimento e reconstrução, enquanto a história busca, por meio de procedimentos críticos, reconstituir experiências que já não existem. Michael Pollak (1992), por sua vez, destaca que a memória envolve não apenas experiências vividas diretamente, mas também formas de identificação com eventos e narrativas compartilhadas, o que amplia sua dimensão social. A utilização dessas fontes, portanto, não implica sua aceitação como evidência imediata, mas sua análise em diálogo com outros registros.

As memórias dos jornalistas piauienses revelam um ambiente profissional marcado por tensões constantes nas quais práticas de controle da informação se articulavam a condições materiais precárias e a relações de poder no interior das empresas de comunicação. Como já observado, relatos de Raimundo Rosa de Sá indicam a existência de interferências diretas na definição das pautas, especialmente quando envolviam interesses políticos ou econômicos. Esse tipo de controle não se limitava à ação de agentes externos, mas era também mediado por decisões internas às redações.

Essa dimensão interna do controle torna-se evidente quando se observa a recorrência de práticas de autocensura. Em um contexto marcado pela vigilância, pela dependência econômica e pelas pressões hierárquicas a limitação da circulação de determinadas informações não dependia exclusivamente de ordens explícitas. Ao contrário, muitas vezes era resultado de processos de antecipação, nos quais jornalistas e editores ajustavam suas produções a partir da percepção dos limites impostos pelo ambiente político e institucional.

Esse fenômeno pode ser compreendido como parte de um processo mais amplo de internalização das formas de controle. A presença constante de mecanismos de vigilância somada à possibilidade de sanções diretas ou indiretas contribuía para a conformação de um campo jornalístico no qual determinadas pautas eram evitadas, reformuladas ou silenciadas, antes mesmo de qualquer intervenção externa. Por conseguinte, a autocensura não deve ser interpretada como simples escolha individual, mas como prática situada em um conjunto de condicionantes estruturais.

As memórias de jornalistas também evidenciam as ambiguidades desse processo. Em alguns casos há a percepção de que existiam possibilidades de atuação menos dependentes das estruturas de poder. Alberoni Lemos Filho, ao refletir sobre o período, sugere que os profissionais poderiam buscar formas de exercer o jornalismo sem atrelamento direto ao governo, ainda que isso implicasse dificuldades materiais: “Eles poderiam sobreviver muito bem sem atrelamento ao governo [...] isso não é jornalismo” (Lemos Filho, s/d, p. 16). Essa afirmação aponta para a existência de margens de escolha no interior do campo profissional, mas não elimina as limitações impostas pelo contexto. A precariedade das condições de trabalho, a concentração de recursos e a articulação entre interesses políticos e empresariais restringiam significativamente as possibilidades de atuação independente, especialmente em um estado com reduzido mercado de trabalho jornalístico.

Nesse contexto, a análise das práticas profissionais no Piauí durante a ditadura civil-militar exige considerar a tensão entre agência e estrutura. Os jornalistas não atuavam como agentes completamente passivos, mas dispunham de plena autonomia para definir suas pautas e posicionamentos. Suas ações eram condicionadas por um conjunto de fatores que incluíam pressões econômicas, relações hierárquicas, vigilância estatal e dinâmicas internas às redações. Essa perspectiva permite compreender que o controle da informação não se dava apenas por meio de mecanismos externos, mas também pela incorporação de limites e expectativas no próprio processo de produção jornalística. A autocensura, nesse contexto,

emerge como prática central, articulando-se a outras formas de controle analisadas ao longo do artigo.

Dessa forma, o estudo das memórias e das práticas jornalísticas reforça a hipótese de que o controle da imprensa piauiense após o golpe de 1964 operou por meio de múltiplas dimensões, que incluíam tanto intervenções diretas quanto formas indiretas de condicionamento. Ao considerar essas diferentes escalas, torna-se possível compreender a complexidade das relações entre imprensa, poder e produção da informação no período, bem como suas continuidades em relação ao contexto anterior a 1964.

Considerações finais

Nossa proposta buscou analisar as formas de controle da informação no jornalismo piauiense entre 1963 e 1975, a partir da articulação entre fontes documentais, publicações periódicas e memórias de jornalistas. Ao longo da discussão, argumentamos que o controle da imprensa no Piauí não pode ser compreendido como fenômeno exclusivo da ditadura civil-militar, mas como resultado de um processo mais amplo, no qual práticas de interferência já presentes no período democrático foram intensificadas e reconfiguradas após 1964.

A investigação das experiências anteriores ao golpe evidenciou que, mesmo no contexto da democracia de 1946, existiam limites à circulação de informações, manifestados por meio de intervenções pontuais e de relações estreitas entre imprensa e poder político. Esses elementos indicam que a censura, entendida em sentido amplo como restrição à produção e difusão de conteúdos, não se iniciou com o golpe de 1964, embora tenha assumido novas formas e maior abrangência a partir dele.

Até o presente não existe um consenso historiográfico sobre a melhor forma de definir e nomear o movimento de 1963. A própria imprensa da época não apresentava precisão terminológica, refletindo as disputas pelo controle da narrativa sobre os acontecimentos. O jornal *O Dia*, por exemplo, designou o episódio como “Crise da Polícia Militar” enquanto outras denominações circulavam nos discursos públicos e nas memórias posteriores, como “Greve da Polícia” ou “Levante dos Policiais”, sendo esta última a forma como Alberoni Lemos nomeou o movimento em seu relato memorialístico.

A escolha pela denominação “Revolta Piauiense” que adotamos neste trabalho não é arbitrária, mas resulta de uma leitura hipotética, porém substantiada daquilo que a imprensa oficial publicou e que alguns jornalistas relevaram posteriormente, fundamentada também

em elementos da esfera oficial que permitem reconstruir uma compreensão mais abrangente do evento. Ao designarmos o movimento dessa forma buscamos colocar o povo piauiense no centro da narrativa reconhecendo que, embora os policiais militares sejam protagonistas inegáveis do movimento, eles não foram seus únicos atores. As designações que enfatizavam apenas a dimensão corporativa da polícia militar funcionava como estratégia de apagamento das fases posteriores do movimento quando grupos sociais diversos –esposas de policiais, militantes, sindicalistas, estudantes e setores da imprensa aderiram à causa e a transformaram em uma questão de crise humanitária. Ao nomear o movimento de forma restritiva, buscava-se invisibilizar a ampliação social do conflito e, conseqüentemente, apagar as marcas do apoio que a imprensa havia oferecido a uma causa popular.

Com a consolidação da ditadura, observou-se a integração dessas práticas a um sistema mais estruturado, no qual a vigilância institucionalizada, o financiamento estatal e a produção de narrativas favoráveis ao regime passaram a operar de forma articulada. Nesse contexto, o controle da informação não se deu apenas por meio da repressão direta, mas também por mecanismos indiretos, que incluíam a dependência econômica e a internalização de limites no interior das redações.

As memórias dos jornalistas analisadas ao longo do artigo desempenham papel central na compreensão dessas dinâmicas. Ainda que exijam tratamento crítico, essas fontes permitem acessar dimensões do cotidiano profissional que dificilmente aparecem em documentos oficiais evidenciando tensões, estratégias de adaptação e práticas de autocensura. Sua utilização contribui, portanto, para ampliar o campo da pesquisa acerca do tema e para preencher lacunas na historiografia sobre o jornalismo piauiense. Além disso, aponta a necessidade de articular os estudos sobre imprensa e ditadura com análises que considerem as especificidades regionais e as continuidades históricas. Ao deslocar o foco dos grandes centros para o contexto piauiense, o artigo busca demonstrar que as relações entre imprensa e poder assumiram formas próprias, marcadas pela interação entre fatores políticos, econômicos e estruturais.

A análise realizada aponta para a importância de se compreender o controle das informações como um fenômeno complexo e multifacetado, que não pode ser reduzido à censura direta. Ao se considerar a articulação entre diferentes mecanismos de controle inseridos na imprensa piauiense torna-se possível avançar na compreensão das dinâmicas que

marcaram o jornalismo brasileiro no período, bem como observar suas permanências e transformações.

Ao mesmo tempo, a análise desenvolvida ao longo deste artigo permite estabelecer conexões importantes com os desafios do tempo presente. A compreensão histórica das formas de controle das informações contribui para se problematizar discursos que tendem a naturalizar ou relativizar experiências autoritárias, especialmente em contextos nos quais se observa a rearticulação de grupos políticos que defendem abertamente a ruptura institucional ou a revalorização da ditadura civil-militar. Nesse sentido, recuperar a historicidade dessas práticas é fundamental para evidenciar que a censura e tal controle não foram fenômenos isolados, mas resultado de uma complexa “engenharia” que envolveu não apenas agentes estatais, mas também setores civis, incluindo empresários, proprietários de meios de comunicação e atores inseridos nas próprias redações.

Ao destacar que a ditadura instaurada em 1964 foi também sustentada por essas articulações, este artigo reforça a necessidade de uma leitura crítica sobre o papel da imprensa e das relações de poder na construção de contextos autoritários. Dessa forma, o estudo do caso piauiense contribui não apenas para o campo da História da Imprensa, mas também para o fortalecimento de reflexões contemporâneas voltadas à defesa da democracia e ao enfrentamento de práticas e discursos que buscam legitimar novas formas de controle e restrição das informações.

Fontes hemerográficas

ALBERTÃO, a obra do século. **O Estado**, Teresina, n. 302, p. 8, 28 ago. 1973.

A CRISE da polícia militar. **O Dia**, Teresina, n. 1117, p. 1, 22 ago. 1963.

FECHAMENTO da Rádio Clube de Teresina. **O Dia**, Teresina, n. 1117, p. 4, 22 ago. 1963.

Fontes oficiais

BRASIL. Serviço Nacional de Informações. **Jornalistas dos principais órgãos de imprensa da área**. N. 82t-AC/SNI/SS19. 20 fev. 1970. Confidencial. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).

BRASIL. Serviço Nacional de Informações. **Jornalistas com antecedentes negativos dos principais órgãos de imprensa do Ceará e Piauí**. N. 15119/UU/AC/SS-19. 7 fev. 1972. Confidencial. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).

Livros de memórias

LEMOS FILHO, Alberoni. **Vida Impressa**. Teresina: Livraria e Editora Corisco. s/d.

SÁ, Raimundo de Rosa. **O lado oculto da imprensa no Piauí**. Teresina: Popular, 1987.

Referências

BONSANTO, André. **A verdade dita é dura**: jornalismo, história e ditadura militar no Brasil (do golpe de 1964 à Comissão Nacional da Verdade). São Paulo: Editora Dialética, 2021.

FAÇANHA, Francisco Mascarenhas. Nota de esclarecimento. **O Dia**, Teresina, 22 ago. 1963, p. 4.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**: os subterrâneos da ditadura militar – espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora UFS/ Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: TELLES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

LOUREIRO, Felipe Pereira. **A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964)**: ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra. São Paulo: EdUnesp, 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PARK, Robert E. A história natural do jornal. In: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (org.). **A era glacial do jornalismo**. Porto Alegre: Sulina, 2008. v. 2, p. 33-50.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 1-15, 1992.

RIOS, João Victor da Costa. **Piauí sob as águias e as armas**: imprensa, nacionalismo e resistência na mira dos serviços de inteligência (1953-1967). 174 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2026.

SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado**: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.